

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

Government Press

Administração da Imprensa Nacional

Notice

The subscribers to the Government Gazette are kindly reminded that their present subscription term ends on the 31st of March 1970, which is the close of the financial year.

In case they wish to continue to be subscribers for the ensuing financial year of 1970-71 they have to renew their subscriptions from 1st April, next.

The subscriptions can also be opened for half-year i.e. from 1st April, 1st July or 1st October or for any quarter beginning on 1st April, 1st July, 1st October or 1st January.

Renewal of subscription should be effected on or before 31st March 1970, in order to avoid interruption in the dispatch of copies of the Gazette. It should be noted that subscribers are entitled to receive copies of the Gazette only from the date the subscription rates have actually been paid.

The subscription charges are accepted either in cash, money order or demand draft on State Bank of India, Panaji, in favour of the Assistant Manager, Government Printing Press, Panaji, Goa, only. Remittances by cheques or any other form of payment will not be accepted.

Aviso

Os assinantes do Boletim Oficial cujos períodos de assinatura expiram em 31 de Março do corrente ano, são avisados a renovarem as suas assinaturas até 31 de Março de 1970, caso desejem continuar como assinantes para o próximo ano económico, a fim de não sofrer interrupção na remessa do Boletim.

As assinaturas poderão também ser abertas por um semestre, i. e. em 1 de Abril, 1 de Julho ou 1 de Outubro ou por qualquer trimestre, em 1 de Abril, 1 de Julho, 1 de Outubro ou 1 de Janeiro.

Deve-se notar que os assinantes terão direito a receber os exemplares do Boletim somente a partir da data em que a taxa de assinatura tenha sido efectivamente paga.

O pagamento da taxa da assinatura poderá ser em dinheiro, vale postal ou ordem de pagamento sobre o State Bank of India, em Panaji, a favor do Assistant Manager, Government Printing Press, Panaji, Goa. Não serão aceites cheques ou qualquer outro modo de pagamento.

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Petroleum, Chemicals, Mines and Metals

(Department of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases

Order

980(z-217, 409, 476, 546)/70-CML

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of iron and manganese held by Shri Atchut Visnum Sinai Velingcar, Veling, Goa, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Petróleo, Produtos Químicos, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador dos Arrendamentos de Minas

Portaria

980(z-217, 409, 476, 546)/70-CML

Ao abrigo dos "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento das minas de óxido de ferro e manganês, em posse do Sr. Atchut Visnum Sinai Velingcar, de Veling, Goa, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (daqui

Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case No.(s)	Number and date of title(s)	Mineral(s)	Name of the mine(s)	Area in hectares
Caso n.º(s)	Número e data do título/títulos	Mineral/Minerais	Nome da Mina/Minas	Área em hectares
z-217	67 of 18-3-1952	Oxide of Iron and Manganese	Vansvolatembo or Ximevoril songor	59.8180
z-409	11 of 16-2-1954	»	Sovermeacodil doirem e outs.	77.7400
z-476	29 of 23-7-1956 T. T. 20-6-1956	»	Tacavelem Uporgao Vatta.	52.4870
z-546	6 of 6-2-1957	»	Purso Boto e Prediavoril moddi.	20.0000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question, shall stand modified as follows:—

1. The period of the leases shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.
2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards.	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the lease area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent, etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

Foi dado aviso ao arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão sejam modificados como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período até completar um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare durante os próximos cinco anos, e a razão, de Rps. 37-50 após este, e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos, e a razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos de privilégio serão pagos em relação a cada minério extraído da área arrendada, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos de privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração de minério, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

“Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.

This Order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Panaji, 23rd February, 1970.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Notification

4-1-69-GAD

In partial modification to Government Notification No. 4-1-69-GAD dated 27-10-69 Government is pleased to declare 23rd March, 1970, 2nd Chaitra, 1892, Monday, a Public Holiday for Holi and 24th March, 1970, 3rd Chaitra, 1892, Tuesday a restricted holiday.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 18th March, 1970.

Office of the Collector of Goa

Order

LS/REV/333/69/1317

Sub: Government land known as «Colmachi-Moli», situated at Buimpal of Satari Taluka, assigned to Shri Xec Ismal, of Sanquelim, under Title No. 1990, dated 27-6-1956.

Ref: Government letter no. RD/LND/168/68, dated 14-5-1968.

The Reversion Order No. LND/7, dated 18-5-1965, issued by the Mamlatdar of Satari Taluka and ratified by the Collector of Goa under Order No. LS/Reversion/2, dated 17-4-1967, published in the Government Gazette, Series II, No. 4, dated 27-4-1967, is hereby declared as final.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 9th March, 1970.

Order

LS/REV/292/69/1378

Whereas the Government land known «Baingal», situated at Naneli of Satari Taluka, shown in the plan No. 17119, was assigned to Shri Adamo Arun Can Vadcar, under Alvara No. 1809, dated 29-6-1959.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is lying entirely waste in contravention to the provisions of Section 36 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on the assignee, Shri Adamo Arun Can Vadcar, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas no reply to the show cause notice has been received from said Shri Vadcar.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser colocada no respectivo processo de cada caso.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma, deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Panaji, 23 de Fevereiro de 1970.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIU

Departamento de Administração Geral

Despacho

4-1-69-GAD

Alterando, em parte, o despacho n.º 4-1-69-GAD, de 27 de Outubro de 1969, o Governo declara o dia 23 de Março de 1970, 2 Chaitra, 1892, segunda-feira, como sendo feriado público por motivo da festividade de Holi e o dia 24 de Março de 1970, 3 Chaitra, 1892, terça-feira, como sendo feriado restrito.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panaji, 18 de Março de 1970.

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/333/69/1317

Assunto: Terreno do Estado denominado «Colmachi-Moli» sito em Buimpal do concelho de Satari, concedido ao Sr. Xec Ismal, de Sanquelim, por título n.º 1990, de 27 de Junho de 1956.

Ref: Nota n.º RD/LND/168/68, de 14 de Maio de 1968.

A portaria da reversão n.º LND/7, de 18 de Maio de 1965, expedida pelo Mamlatdar do concelho de Satari e aprovada pelo Collector de Goa, pela portaria n.º LS/Reversion/2, de 17 de Abril de 1969, publicada no *Boletim Oficial* n.º 4, 2.ª série, de 27 de Abril de 1967, é declarada como sendo final.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panaji, 9 de Março de 1970.

Portaria

LS/REV/292/69/1378

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Baingal», sito em Naneli do concelho de Satari, indicado na planta sob o n.º 17119, que havia sido concedido ao Sr. Adamo Arun Can Vadcar, por Alvará n.º 1809, de 29 de Junho de 1959.

Considerando que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto, em infracção do disposto no artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Tendo em consideração que o concessionário, Sr. Adamo Arun Can Vadcar, foi avisado para apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Atendendo a que não foi recebida nenhuma resposta do Sr. Vadcar, ao aviso acima referido.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu D. N. Barua,

Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 9th March, 1970.

Finance (Revenue) Department

Notification

Fin(Rev)/2-41/3/363/69

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964, Government is hereby pleased to exempt from the payment of entertainment tax the screening of the film «Saat Hindustani» in the Union Territory of Goa, Daman and Diu subject to the following conditions:—

- 1) The rates of admission tickets shall be reduced to the extent of entertainment duty payable on each admission tickets;
- 2) The proprietor shall maintain separate accounts regarding the tickets issued and submit them to the Commissioner of Entertainment Tax, Panaji;
- 3) This order shall be exhibited in a prominent position at the public entrance to the place of entertainment at the time the public are admitted during the Entertainment.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Puran Singh, Finance Secretary.

Panaji, 11th March, 1970.

Revenue Department

Order

RD/EST/541/68-70

The appointment, on commission basis in terms of article 118 of the Code of Comunidades, of Shri Armando Santana Pereira, to the post of Administrator of Comunidades of Salcete made by order dated 2-3-1965 and renewed by orders dated 15-2-1967 and 10-1-1969, is hereby renewed for a further period of one year from 3rd March, 1970.

2. The appointment, on commission basis in terms of article 118 of the Code of Comunidades of Shri Gajanan Vithal Prabhu Dessai, to the post of Administrator of Comunidades of Bardez made by order dated 2-3-1965 and renewed by orders dated 15-2-1967 and 10-1-1969, is hereby renewed for a further period of one year from 3rd March, 1970.

3. Shri Gajanan Vithal Prabhu Dessai is hereby transferred to the post of Administrator of Comunidades of Goa, in terms of single paragraph of article 118 of the Code of Comunidades.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardesai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 12th March, 1970.

Office of the Collectorate of Goa and D. C. A.

Order

Shri Paulo Manuel Venancio da Costa, is hereby appointed, as president of the managing committee of Davorlim Comunidade.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 28th February, 1970.

Collector de Goa, determino que todo o terreno acima mencionado, seja revertido ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 9 de Março de 1970.

Departamento das Finanças (Receita)

Despacho

Fin(Rev)/2-41/3/363/69

Nó uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964», o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões, a apresentação do filme «Saat Hindustani» no território da União de Goa, Damão e Diu, sujeito às seguintes condições:

- 1) Os preços dos bilhetes de admissão deverão ser reduzidos ao montante do imposto sobre diversões pagável sobre cada bilhete;
- 2) O proprietário deverá manter contas separadas relativas aos bilhetes emitidos e submeter às mesmas ao Comissário do Imposto sobre diversões, em Panagi;
- 3) O presente despacho deverá ser exibido num lugar de destaque à entrada do recinto da exibição, na altura da admissão do público.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Puran Singh, Secretário das Finanças.

Panagi, 11 de Março de 1970.

Departamento de Rendimentos

Portaria

RD/EST/541/68-70

A nomeação em comissão de serviço, nos termos do artigo 118.º do Código das Comunidades, do Sr. Armando Santana Pereira, para o cargo de Administrador das Comunidades de Salcete, efectuada por portaria de 2 de Março de 1965 e renovada por portarias de 15 de Fevereiro de 1967 e 10 de Janeiro de 1969, é renovada por mais um ano, a partir de 3 de Março de 1970.

2. A nomeação em comissão de serviço, nos termos do artigo 118.º do Código das Comunidades, do Sr. Gajanan Vithal Prabhu Dessai, para o cargo de Administrador das Comunidades de Bardes, efectuada por portaria de 2 de Março de 1965, e renovada por portarias de 15 de Fevereiro de 1967 e 10 de Janeiro de 1969, é renovada por mais um ano, a partir de 3 de Março de 1970.

3. O Sr. Gajanan Vithal Prabhu Dessai, é transferido para o cargo de Administrador das Comunidades de Goa, nos termos do § único do artigo 118.º do Código das Comunidades.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardesai, Subsecretário (Rendimentos).

Panagi, 12 de Março de 1970.

Repartição do Collector de Goa e Direcção dos Serviços de Administração Civil

Portaria

O Sr. Paulo Manuel Venancio da Costa, é nomeado, presidente da comissão administrativa da comunidade de Davorlim.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.

Panagi, 28 de Fevereiro de 1970.

Order

Shri João Alexandre Orfino Herculano Colaço is appointed as President of the Managing Committee of the Comunidade of Velim.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 5th March, 1970.

Order

The following persons are appointed, under the proposal of the Administrator of Goa Comunidades, Panaji, members of the Managing Committee of the Comunidade of Azossim for the current triennium 1968-71:

President: Vassanta Ananta Bandari.
Cashier: Sitacanta Naraina Bandari.
Substitute: Narcinva Bandari.
Attorney: Mucunda Srinivassa Bandari.
Substitute: Surenda Hori Bandari.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 7th March, 1970.

Order

The following persons are appointed, under the proposal of the Administrator of Goa Comunidades, members of the Managing Committees of the Comunidades of Ponda Taluka, for the current triennium 1968-71:

Comunidade of Borim

President: Jaganata Sinai Borcar.
Substitute: Vamona Govinda Sinai Borcar.
Cashier: Ramachandra Porobo Dessai.
Substitute: Gurudas Ragoba Sinai Borcar.

Comunidade of Priol

President: Roguvir Manguexa Sinai Priolcar.
Substitute: Sunilachanda Govinda Sinai Priolcar.
Cashier: Vidiadar Deuba Boto Cardo Gaocar.
Substitute: Rogunata Damordora Boto Cardo Gaocar.

Comunidade of Conxém

President: Ramdas Laxman Samant.
Substitute: Ramesh Ramanath Prabhu Velguencar.
Cashier: Devidas Govinda Samant.
Substitute: Surdar Ramacrisna Prabhu Tendulker.
Attorney: Prabhacar Yekanath Samant.
Substitute: Mahadeva Narayan Samant.

Comunidade of Tiurem

President: Giotoma Naraina Bandari.

Comunidade of Adcolna

President: Siurama Purxotoma Sinai Amoncar.
Substitute: Vinaica Purxotoma Sinai Amoncar.
Cashier: Ragunata Babi Fotto Gaocar.
Substitute: Ramachandra P. Fotto Gaocar.
Attorney: Quemu Crisna Deulcar.
Substitute: Vantu Ganes Fotto.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 9th March, 1970.

Law and Judicial Department

Notification

RC/CN/8/70

By virtue of notification no. RC/138/69, dated 6-11-69, the individuals whose names have been shown in column 1, are hereby authorized to change their names as shown in column 2.

Portaria

O Sr. João Alexandre Orfino Herculano Colaço, é nomeado presidente da comissão administrativa da comunidade de Velim.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.

Panaji, 5 de Março de 1970.

Portaria

Os seguintes indivíduos são nomeados, sob proposta do Administrador das Comunidades de Goa, Panaji, membros da comissão administrativa da comunidade de Azossim, para o corrente triénio de 1968-71:

Presidente: Vassanta Ananta Bandari.
Tesooureiro: Sitacanta Naraina Bandari.
Substituto: Narcinva Bandari.
Procurador: Mucunda Srinivassa Bandari.
Substituto: Surenda Hori Bandari.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.

Panaji, 7 de Março de 1970.

Portaria

Os seguintes indivíduos são nomeados, sob proposta do Administrador das Comunidades de Goa, membros das comissões administrativas das comunidades do concelho de Ponda, para o corrente triénio de 1968-71:

Comunidade de Borim

Presidente: Jaganata Sinai Borcar.
Substituto: Vamona Govinda Sinai Borcar.
Tesooureiro: Ramachandra Porobo Dessai.
Substituto: Gurudas Ragoba Sinai Borcar.

Comunidade de Priol

Presidente: Roguvir Manguexa Sinai Priolcar.
Substituto: Sunilachanda Govinda Sinai Priolcar.
Tesooureiro: Vidiadar Deubá Boto Cardó Gãocar.
Substituto: Rogunata Damordora Boto Cardó Gãocar.

Comunidade de Conxém

Presidente: Ramdás Laxman Samant.
Substituto: Ramesh Ramanath Prabhu Velguencar.
Tesooureiro: Devidás Govinda Samant.
Substituto: Surdar Ramacrisna Prabhu Tendulker.
Procurador: Prabhacar Yekanath Samant.
Substituto: Mahadeva Narayan Samant.

Comunidade de Tiurém

Presidente: Giotoma Naraina Bandari.

Comunidade de Adcolna

Presidente: Siurama Purxotoma Sinai Amoncar.
Substituto: Vinaica Purxotoma Sinai Amoncar.
Tesooureiro: Ragunata Babi Fottó Gãocar.
Substituto: Ramachandra P. Fottó Gãocar.
Procurador: Quemu Crisna Deulcar.
Substituto: Vantú Ganes Fottó.

D. N. Barua, Collector, e D. A. C.

Panaji, 9 de Março de 1970.

Departamento de Justiça

Despacho

RC/CN/8/70

Em virtude do despacho n.º RC/138/69, de 6 de Novembro de 1969, os indivíduos cujos nomes se acham indicados na 1.ª coluna, são autorizados a mudar os seus nomes conforme se indica na 2.ª coluna.

SCHEDULE

Srl. No.	Old Name	New Name
1	Vitol Venctexa Porobo Dessay	Vithal Venkatesh Prabhu Desai
2	Sopana Narayana Pagui	Sopan Narayana Kankonkar
3	Tucarama Naraina Pagui	Tukaram Narayan Kankonkar
4	Naraina Loximona Pagui	Narayana Loxamana Kankonkar
5	Santoxa Naraina Pagui	Santosha Narayana Kankonkar
6	Lalita Naraina Pagui	Lalita Narayana Kankonkar
7	Nagai Pagui	Nagai Kankonkar
8	Daiananda Pagui	Dayanand Krishna Kankonkar
9	Shoba Crisna Pagui	Shobha Krishna Kankonkar
10	Crisna Loximona Pagui	Krishna Laxaman Kankonkar
11	Sudha Krishna Pagui	Sudha Krishna Kankonkar
12	Loximona Crisna Pagui	Laxaman Krishna Kankonkar
13	Joti Crisna Pagui	Joti Krishna Kankonkar
14	Ragendra Soiru Pagui	Rajendra Soyaru Dhuri
15	Maia Soiru Pagi	Maya Soyaru Dhuri

O. P. Garg, Law Secretary.
Panaji, 27th February, 1970.

Notification

LD/4/11/69-70

In exercise of the powers conferred by Section 12 to the Code of Criminal Procedure, 1898, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri M. S. Dayal, Collector Daman as a Judicial Magistrate First Class Daman during the absence of the Civil Judge and Judicial Magistrate Daman with effect from 7-3-1970 to 15-3-1970.

And invest the said Shri Dayal during the said period of contingency with all powers of a Magistrate of the First Class under Schedule IV of the said Code;

And further in exercise of the powers conferred by section 357 of the said Code the said Shri Dayal is authorised during the said period to take down evidence in the English language.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary.

Panaji, 12th March, 1970.

Agriculture Department

Addendum

20-3/AH-AGR/68

Read «The Government is further pleased to appoint under clause (c) of Section 3 of the said Act the Land Acquisition Officer, Collector's Office, Panaji to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said lands, in between the first and second para of Government Notification no. 20-3/AH-AGR/68, dated 26th February, 1970.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 16th March, 1970.

QUADRO

N.º de Serie	Nome anterior	Novo nome
1	Vitol Venctexa Porobo Dessay	Vithal Venkatesh Prabhu Desai
2	Sopana Narayana Pagui	Sopan Narayana Kankonkar
3	Tucarama Naraina Pagui	Tukaram Narayan Kankonkar
4	Naraina Loximona Pagui	Narayana Loxamana Kankonkar
5	Santoxa Naraina Pagui	Santosha Narayana Kankonkar
6	Lalita Naraina Pagui	Lalita Narayana Kankonkar
7	Nagai Pagui	Nagai Kankonkar
8	Daiananda Pagui	Dayanand Krishna Kankonkar
9	Shoba Crisna Pagui	Shobha Krishna Kankonkar
10	Crisna Loximona Pagui	Krishna Laxaman Kankonkar
11	Sudha Krishna Pagui	Sudha Krishna Kankonkar
12	Loximona Crisna Pagui	Laxaman Krishna Kankonkar
13	Joti Crisna Pagui	Joti Krishna Kankonkar
14	Ragendra Soiru Pagui	Rajendra Soyaru Dhuri
15	Maia Soiru Pagi	Maya Soyaru Dhuri

O. P. Garg, Secretário de Justiça.
Panaji, 27 de Fevereiro de 1970.

Despacho

LD/4/11/69-70

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 12.º do «Code of Criminal Procedure 1898», o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. M. S. Dayal, Collector, de Damão, como Magistrado Judicial de 1.ª classe, em Damão, durante o impedimento do Juiz Civil e Magistrado Judicial de Damão, a partir de 7 de Março até 15 de Março de 1970.

São conferidos ao Sr. Dayal, durante o referido período, todos os poderes de Magistrado de 1.ª classe, constantes do quadro IV, do citado código.

El mais, no uso das faculdades conferidas pelo artigo 357.º do citado código, o Sr. Dayal, é autorizado a constatar depoimentos em inglês, durante o referido período.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

M. S. Borkar, Subsecretário.

Panaji, 12 de Março de 1970.

Departamento de Agricultura

Aditamento

20-3/AH-AGR/68

Entre o primeiro e segundo parágrafo do despacho n.º 20-3/AH-AGR/68, de 26 de Fevereiro de 1970, leia-se «O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Repartição do Collector, Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno».

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 16 de Março de 1970.

Food and Civil Supplies Department

Order

FCS/PWD/2422/67

Government is pleased to appoint with immediate effect S/Shri J. S. Pinto and J. F. F. de Albuquerque, to the post of Superintending Engineer and Superintending Surveyor of Works respectively in the scale of Rs. 700-40-1100-50/2-1250 plus a special pay of Rs. 100 p. m. on regular basis.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 5th March, 1970.

Addendum

FCS/PWD/CGH/2249/67

Read: — Government order No. FCS/PWD/2249/67 dated 23-1-1968.

At the end of the Government order, referred to above, the following para shall be added: —

"4. The appointment is on probation. The period of probation will be two years".

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 5th March, 1970.

Labour and Information Department

Order

LC/1/140/(IT-3)/70

Whereas the Government of Goa, Daman and Diu is of the opinion that an industrial dispute exists between the barge owners mentioned in Schedule II and their workmen in respect of the matters specified in Schedule I hereto annexed;

And whereas the Government of Goa, Daman and Diu is of the opinion that the dispute should be referred for adjudication to the Industrial Tribunal;

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by sub-section (1) of Section 10 of the Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947) the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu, is pleased to refer the said dispute for adjudication to the Industrial Tribunal, Panaji.

SCHEDULE I

«1. Without prejudice to the reference of the dispute between the barge owners mentioned in Schedule II and their workmen vide order No. LC/1/140/(IT-3)/67 dated 3-11-1967 and with due regard to the conditions of service prevailing before 16-2-1969;

a) what should be the wages and allowances of different categories of barge crew?

2. What should be the normal working hours of the barge crew and if overtime wages are payable, at what rate the overtime wages should be paid to the barge crew;

3. What should be the working conditions of the barge crew?».

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 3rd March, 1970.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

FCS/PWD/2422/67

O Governo nomeia, com efeito imediato, os Srs. J. S. Pinto e J. F. F. de Albuquerque, para os lugares de «Superintending Engineer» e «Superintending Surveyor of Works», respectivamente, na escala de Rps. 700-40-1100-50/2-1250, acrescida da gratificação especial de Rps. 100/- por mês, sob carácter regular.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 5 de Março de 1970.

Aditamento

FCS/PWD/CGH/2249/67

Ref: Portaria n.º FCS/PWD/2249/67, de 23 de Janeiro de 1968.

No fim da portaria acima referida deverá ser aditado o seguinte parágrafo:

"4. A nomeação é probatória. O período probatório será de dois anos".

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 5 de Março de 1970.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/1/140/(IT-3)/70

Atendendo a que o Governo de Goa, Damão e Diu, é do parecer que existe uma disputa industrial entre os proprietários das barcas mencionados no quadro II e os seus operários, em relação aos assuntos mencionados no quadro I;

Tendo em consideração que o Governo de Goa, Damão e Diu, acha que a disputa deverá ser submetida à decisão do Tribunal Industrial.

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 10.º do «Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947)» o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, submete a mesma disputa à decisão do Tribunal Industrial, em Panaji.

QUADRO I

«1. Sem embargo do submetimento da disputa entre os proprietários das barcas mencionados no quadro II e os seus operários, por portaria n.º LC/1/140/(IT-3)/67, de 3 de Novembro de 1967, e tomando em consideração as condições de serviço antes de 16 de Fevereiro de 1969:

a) quais deverão ser os salários e subsídios das diferentes categorias dos operários das barcas?

2. Qual deverá ser o horário normal de trabalho do pessoal das barcas e, no caso de ser paga a gratificação por horas extraordinárias, qual a percentagem da gratificação que deverá ser paga ao mesmo pessoal;

3. Quais deverão ser as condições de serviço do pessoal das barcas?»

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 3 de Março de 1970.

SCHEDULE II

List of barge owners

- | | |
|---|--|
| 1. M/s. V. M. Salgaoncar & Bros. Pvt. Ltd.,
Post Box 14,
Vasco-da-Gama. | 2. M/s. V. S. Dempo & Co. Pvt. Ltd.,
Post Box 34,
Panaji. |
| 3. M/s. S. Kantilal & Co. Pvt. Ltd.,
Post Box 114,
Margao. | 4. M/s. Pandurang Timblo Industries.
Post Box 242,
Margao. |
| 5. M/s. Agencia Commercial Maritima,
Vasco-da-Gama. | 6. M/s. Shaparia Dock & Steel Co. Pvt. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 7. M/s. Orient (Goa) Pvt. Ltd.,
Post Box 123,
Margao. | 8. M/s. Saraswat Industries Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 9. M/s. V. N. Bandekar,
Post Box 1,
Panaji. | 10. M/s. Chowgule & Co. Pvt. Ltd.,
Mormugao Harbour,
Mormugao. |
| 11. M/s. Damodar Mangalji & Co. Pvt. Ltd.
Post Box 32,
Panaji. | 12. M/s. Shantilal Khushaldas & Bros.
Post Box 35,
Margao. |
| 13. M/s. Timblo Pvt. Ltd.,
Post Box 34,
Margao. | 14. M/s. G. N. Agrawal,
Post Box 107,
Margao. |
| 15. M/s. Pioneer Shipping Co. Ltd.,
Vasco-da-Gama. | 16. M/s. Agencia Geral Pvt. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 17. M/s. Emco Goa Pvt. Ltd.,
Post Box 54,
Margao. | 18. M/s. Indian Shipping Co. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 19. M/s. Sesa Goa Pvt. Ltd.,
Post Box 125,
Panaji. | 20. M/s. Agencia Ultramarina Pvt. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |

QUADRO II

Relação dos proprietários das barcas

- | | |
|---|--|
| 1. M/s. V. M. Salgaoncar & Bros. Pvt. Ltd.,
Post Box 14,
Vasco-da-Gama. | 2. M/s. V. S. Dempo & Co. Pvt. Ltd.,
Post Box 34,
Panaji. |
| 3. M/s. S. Kantilal & Co. Pvt. Ltd.,
Post Box 114,
Margao. | 4. M/s. Pandurang Timblo Industries.
Post Box 242,
Margao. |
| 5. M/s. Agencia Commercial Maritima,
Vasco-da-Gama. | 6. M/s. Shaparia Dock & Steel Co. Pvt. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 7. M/s. Orient (Goa) Pvt. Ltd.,
Post Box 123,
Margao. | 8. M/s. Saraswat Industries Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 9. M/s. V. N. Bandekar,
Post Box 1,
Panaji. | 10. M/s. Chowgule & Co. Pvt. Ltd.,
Mormugao Harbour,
Mormugao. |
| 11. M/s. Damodar Mangalji & Co. Pvt. Ltd.
Post Box 32,
Panaji. | 12. M/s. Shantilal Khushaldas & Bros.
Post Box 35,
Margao. |
| 13. M/s. Timblo Pvt. Ltd.,
Post Box 34,
Margao. | 14. M/s. G. N. Agrawal,
Post Box 107,
Margao. |
| 15. M/s. Pioneer Shipping Co. Ltd.,
Vasco-da-Gama. | 16. M/s. Agencia Geral Pvt. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 17. M/s. Emco Goa Pvt. Ltd.,
Post Box 54,
Margao. | 18. M/s. Indian Shipping Co. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |
| 19. M/s. Sesa Goa Pvt. Ltd.,
Post Box 125,
Panaji. | 20. M/s. Agencia Ultramarina Pvt. Ltd.,
Vasco-da-Gama. |

Public Health Department

Corrigendum

ILD/HS/1957/64

Read: Government Order No. ILD/HS/1957/64, dated 26-2-70.

The date "8th March, 1970 (F.N.)" may be substituted for the date "3rd March, 1970 (F.N.)" appearing at the end of this Government Order of even number dated 26-2-70 cited above.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary (Health).

Panaji, 11th March, 1970.

Departamento de Saúde Pública

Corrigenda

ILD/HS/1957/64

Ref: Portaria n.º ILD/HS/1957/64, de 26 de Fevereiro de 1970.

A data "8 de Março de 1970 (antes do meio-dia)" no final da portaria datada de 26 de Fevereiro de 1970, acima referida, deverá ser substituída pela data "3 de Março de 1970 (antes do meio-dia)".

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário (Saúde)

Panaji, 11 de Março de 1970.